



ACOMPANHAMENTO PLENUS

Ministério Público

DIREITO PROCESSUAL PENAL

SEMANA 1

CADERNO ESTRATÉGICO DE AÇÃO

#SouPlenus

#AquiéMP

#TôDentro



Olá, amigos e amigas do *Plenus*,

Este é o seu Caderno Estratégico. Este material é uma coletânea das questões mais importantes de provas objetivas específicas da matéria que será objeto de sua Sinopse de Estudos desta semana. Todas as questões são das principais bancas dos certames da sua área específica de estudo dos últimos quatro anos.

Tais questões são aqui apresentadas para que você possa não somente verificar como os temas desta matéria vêm caindo em concursos, mas, principalmente, para guiar o seu estudo desta semana.

A ideia deste material é que você possa monitorar como os temas vêm caindo em provas, para que, ao ler a Sinopse de Estudos, saiba identificar os temas mais relevantes, podendo estabelecer suas estratégias de estudo juntamente com o seu Professor Tutor.

Nossa proposta é que você resolva as questões antes de ler a Sinopse de Estudos (obviamente, nada impede que você faça o caminho oposto) para assim poder estrategicamente saber os pontos que devem ser lidos com mais atenção no material de estudos.

Sabemos que muitos alunos preferem treinar apenas depois de estudar os temas. Isso evidentemente também será possível caso o aluno assim o deseje. No entanto, para aqueles que optarem por seguir o caminho aqui proposto (primeiro resolver as questões de concursos anteriores para somente depois ler a Sinopse de Estudos semanal), adiantamos que o treinamento dos temas estudados ocorrerá por meio das questões semanais (ainda inéditas em concursos, posto que foram elaboradas por nossa equipe) que disponibilizaremos ao longo do Curso.

Assim sendo, nossa proposta de estudos é:

- 1) Resolver as questões de provas de concursos anteriores do tema de estudo semanal;
- 2) Com base na resolução de questões anteriores, estudar a Sinopse de estudos semanal, pois assim o seu estudo será mais atento ao que costuma cair em provas;
- 3) Ao longo de todo o curso, por meio das questões semanais elaboradas pelo Ouse ir treinando os conteúdos por meio daquilo que apostamos que será objeto de prova daqui por diante.

Desse modo, não só os seus estudos como os seus treinos serão completos, focados no que costuma cair e já atentos aquilo que nosso super time de Professores aposta que virá nos próximos certames.

Equipe Ouse Saber.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL

ASSUNTO: PRINCÍPIOS E SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS

QUESTÃO 01

Ano: 2014 / Banca: MPE-MA / Órgão: MPE-MA / Prova: Promotor de Justiça

É consentâneo com o sistema inquisitorial de processo penal, exceto:

- a) Sigilo dos atos processuais;
- b) Suscetibilidade de início do processo por meio de denúncia anônima;
- c) Incumbência de formular a acusação não individualizada;
- d) Arguição de suspeição do juiz
- e) Defesa técnica decorativa.

QUESTÃO 02

Ano: 2013 / Banca: MPDFT / Órgão: MPDFT / Prova: Promotor de Justiça

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na interpretação dos fatos e do direito, e compromissado com a realização da justiça, o magistrado deve empenhar-se na busca da verdade real, que apenas sofre limitações de ordem científica, relacionadas a aspectos internos do processo.
- b) Observa-se, na dinâmica das reformas legislativas levadas a cabo nas últimas décadas, uma preocupação com a criação e o aperfeiçoamento de mecanismos mais severos de combate à macrocriminalidade, ao mesmo tempo em que se introduzem instrumentos de simplificação e de diversificação no enfrentamento da criminalidade de menor complexidade e gravidade.
- c) A possibilidade de acordos processuais penais abrange tanto a criminalidade de menor potencial ofensivo quanto alguns crimes de elevada gravidade, inclusive os hediondos e aqueles a eles assemelhados.
- d) Em um sistema de viés acusatório, cumpre ao juiz manter-se como sujeito suprapartes, conceder ao acusador e ao acusado as mesmas oportunidades processuais, e conduzir o feito assegurando a bilateralidade de audiência e a predominância da oralidade e da publicidade dos atos processuais.
- e) No sistema processual penal brasileiro, o Ministério Público ocupa o polo ativo da relação processual e age comprometido com a verdade processual, o que o autoriza a postular a favor da defesa, se necessário.

QUESTÃO 03

Ano: 2013 / Banca: MPDFT / Órgão: MPDFT / Prova: Promotor de Justiça

Assinale a alternativa que NÃO SE AJUSTA à doutrina do garantismo penal, em sua concepção clássica:

- a) A interpretação da lei nunca é uma atividade exclusivamente recognitiva, mas é sempre fruto de uma escolha prática a respeito de hipóteses interpretativas alternativas.
- b) O problema do garantismo penal é elaborar técnicas no plano teórico, torná-las vinculantes no plano normativo e assegurar sua efetividade no plano prático.
- c) Na aplicação da lei penal, o julgador, preocupado com a legitimação da atividade jurisdicional e com a adesão social a seus atos, deve orientar suas decisões em conformidade com o consenso geral da população.
- d) O direito penal é necessário como técnica institucional de minimização da reação violenta ao desvio socialmente não tolerado e como garantia do acusado contra os arbítrios, os excessos e os erros conexos a formas não jurídicas de controle social.
- e) As garantias penais não servem tanto para legitimar ou validar, senão mais para deslegitimar o abuso da potestade punitiva.

QUESTÃO 04

Ano: 2013 / Banca: MPE-MS / Órgão: MPE-MS / Prova: Promotor de Justiça

Analise as seguintes proposições:

- I. O princípio *nemo tenetur se detegere* tem aplicação apenas em relação ao mérito do interrogatório, pois o réu tem o dever de informar seu nome e endereço, não sendo aplicável o direito ao silêncio, até porque o direito penal é dos fatos e não do autor.
- II. Segundo o Supremo Tribunal Federal, não é vedada a gravação clandestina, inexistindo ferimento ao princípio da proibição de utilização de prova ilícita, pois a despeito de ser reprovável no campo ético, não o é no jurídico, pois as garantias estabelecidas na Constituição em forma de direitos fundamentais, em rigor, estão previstas como forma de proteção à intervenção de terceiros, de modo que, quando um dos interlocutores cuida de registrar a sua conversa com outrem, ainda que sem o consentimento deste, não há que se falar em ofensa ao direito à intimidade.
- III. O princípio da proibição de proteção insuficiente pode ser entendido como uma espécie de garantismo positivo, ao contrário do garantismo negativo (que se consubstancia na proteção contra os excessos do Estado) já consagrado pelo princípio da proporcionalidade.
- IV. O princípio do *in dubio pro societate* somente é aplicável na fase pronúncia, uma vez que ele não se mostra compatível com o Estado Democrático de Direito.

São corretas:

- a) Todas as assertivas.
- b) Somente as assertivas I e IV.
- c) Somente as assertivas I, II e III.
- d) Somente as assertivas II, III e IV.
- e) Somente as assertivas II e III.

QUESTÃO 05

Ano: 2016 / Banca: MPE-PR / Órgão: MPE-PR / Prova: Promotor Substituto

Assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz de uma causa deve ser imparcial, legalmente investido e competente, o que se harmoniza com a previsão de órgão colegiado em primeiro grau de jurisdição para o processo e julgamento dos crimes praticados por organizações criminosas;
- b) A redistribuição de processos pela instalação de novas varas ofende os princípios do devido processo legal, do juiz natural e da *perpetuatio jurisdictionis*;
- c) Não viola o princípio do juiz natural a convocação de juízes de primeiro grau para compor órgão julgador do respectivo Tribunal, na apreciação de recursos em segundo grau de jurisdição, ainda que observadas as diretrizes legais federais ou estaduais;
- d) A atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal;
- e) Viola o princípio do juiz natural o desaforamento da sessão de julgamento pelo júri, quando não verificada a ocorrência de interesse de ordem pública, dúvida sobre a imparcialidade dos jurados, segurança pessoal do acusado ou comprovado excesso de serviço impeditivo da realização do julgamento no prazo de seis meses.

GABARITO:

01 – D | 02 – A | 03 – C | 04 – C | 05 – B |